

PROGRAMA *SEGUNDO TEMPO*: POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES

Aryelle Malheiros Caruzzo¹, Vanessa Menezes Menegassi¹, Bruna Solera¹, Juliana de Paula da Mata¹, Anábria Kauana de Santana¹ e Fernando Augusto Starepravo¹

¹ Universidade Estadual de Maringá Departamento de Educação Física
Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física UEM/UEL

Correspondência para: fernando.starepravo@hotmail.com

Submetido em 10 de Novembro de 2016.

Primeira decisão editorial em 13 de Fevereiro de 2017.

Aceito em 18 de Outubro 2017

RESUMO

O estudo teve como objetivo investigar o Programa Segundo Tempo, sua funcionalidade, potencialidades e fragilidades. Para isso foi realizada uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa do tipo exploratória, a qual se apoiou na literatura existente sobre a temática e entrevista com professores envolvidos diretamente com o programa, residentes na cidade de Maringá-PR e um professor convidado vinculado a Universidade Estadual de Minas Gerais. Assim foi possível constatar que o PST assume importante papel no cenário das políticas públicas de esporte e lazer, sendo sua maior potencialidade os cursos de extensão oferecidos aos professores envolvidos com sua prática, e sua principal fragilidade a necessidade de aperfeiçoamento dos métodos de avaliação.

Palavras-Chave: Programa Segundo Tempo. Políticas Públicas. Esporte Educacional.

PROGRAM *SECOND HALF*: POTENTIALS AND FRAILTIES

Aryelle Malheiros Caruzzo¹, Vanessa Menezes Menegassi¹, Bruna Solera¹, Juliana de Paula da Mata¹, Anábia Kauana de Santana¹ e Fernando Augusto Starepravo¹

¹ Universidade Estadual de Maringá Departamento de Educação Física
Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física UEM/UEL

Correspondence to: fernando.starepravo@hotmail.com

Submitted in November 10th 2017.

First editorial decision in February 13th 2017.

Accepted in October 18th 2017.

ABSTRACT

The study aimed to investigate the Second Half Programme (PST) and its functionality, potencialities and weaknesses. For this, an exploratory qualitative descriptive approach was realized, which was based on existing literature and on interviews with teachers involved in the program, which residents in the city of Maringa-PR and one teacher of Minas Gerais State University. Thus, it was found that the PST has an important role in the public policies of leisure and sport area, being its greater potential the extension courses offered to teachers involved in its practice, and it's main weakness the need of improvement evaluation methods.

Keywords: Second Half Program. Public policies. Educacional Sports.

INTRODUÇÃO

Há mais de quinze anos, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, houve a necessidade da criação de outras leis e diretrizes que apoiassem o objetivo proposto, dando assim, subsídios para que a mesma se desenvolvesse de forma efetiva no cenário nacional (BARBIERI, 1999). Também o esporte, a partir da inserção na Constituição Federal de 1988, passa a ser desenvolvido a partir do viés educacional e de participação. Os projetos que envolviam o Esporte Educacional passaram assim a ser um veículo de desenvolvimento social, onde o esporte propriamente dito passa a ser como uma ponte para a educação do indivíduo, isto é, utilizar-se dos princípios contidos nas práticas esportivas para educar as crianças e jovens que o praticam, tendo como diretrizes a co-participação, a emancipação, a participação ativa e a cooperação, havendo a necessidade de priorizar o desenvolvimento do indivíduo e não apenas o desenvolvimento de habilidades técnicas dos esportes (BARBIERI, 1999; MATIAS, 2013; PORTAL INFOJOVEM, 2017). A partir daí, torna-se correto afirmarmos o quanto as políticas públicas voltaram-se ao desenvolvimento do esporte educacional no país, visto que foram inúmeros os projetos que foram surgindo no país mediante o crescimento da demanda (KRAVCHYCHYN, 2014).

O Programa Segundo Tempo (PST) foi criado em 2003 e é uma importante ação do Governo Federal vinculada ao Ministério do Esporte, especificamente a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS), a qual é responsável pelas políticas voltadas ao esporte educacional brasileiro, e isto devido à sua grandiosa estrutura de profissionais que vêm trabalhando para o crescimento desse projeto, que é visto como referência na referente área educacional (BRASIL, 2013). O PST tem como objetivo “democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida” (BARBOSA; PERIM; OLIVEIRA, 2009, p. 8), prioritariamente dos sujeitos que se encontram na área de vulnerabilidade social, matriculados em escolas públicas, através de atividades complementares no turno oposto ao das aulas na escola (BRASIL, 2013).

O programa incentiva o esporte em sua dimensão educacional, ou seja, aquela que preza pelos princípios de participação, inclusão e emancipação (MATIAS, 2013), tida como toda forma de atividade física com o objetivo de contribuir para a aptidão física, bem-estar mental, a interação, a inclusão social e o exercício da cidadania (BARBOSA; PERIM; OLIVEIRA, 2009).

Conseqüentemente, assume como elementos indissociáveis de seu propósito pedagógico as atividades de lazer, recreação, práticas esportivas sistemáticas e/ou assistemáticas, modalidades esportivas e jogos ou práticas corporais lúdicas da cultura brasileira, de forma a possibilitar ampla vivência e formação humana de cidadania, sobretudo de crianças, adolescentes e jovens (BARBOSA; PERIM; OLIVEIRA, 2009, p. 10).

Desta forma os professores e monitores envolvidos com o programa assumem o papel para além das técnicas, táticas e regras do esporte. A problematização, interpretação, relação e desenvolvimento das amplas manifestações da cultura corporal devem estar presentes na prática do programa, possibilitando compreender os sentidos e significados nas práticas corporais (DARIDO; OLIVEIRA, 2009). Assim, de acordo com Oliveira (2012), ao questionar alunos participantes do programa de uma Escola Municipal localizada no município de Águas Lindas de Goiás, o Programa auxilia e oferece condições de mudanças aos beneficiados, sejam elas de cunho social e/ou atitudinal, sendo estas “fomentadas por uma política de alimentação adequada, oferecimento de lazer e ainda agregando o conhecimento, a tática e a técnica para

fazer bem o esporte aprendido” (OLIVEIRA, 2012, p. 49) apresentando assim, o PST como um intermediador de desenvolvimento social.

Em meio ao cenário esportivo atual do país, bem como com a temática aqui debatida, torna-se importante ressaltar que de acordo com o Caderno Legado Social do Ministério do Esporte (BRASIL, 2009), os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, influenciariam na ampliação dos programas sociais que vinculam a prática esportiva as suas dimensões educativa e participativa, dentre estes estaria o Programa Segundo Tempo. A previsão do Governo Federal é de que o programa que já alcançava 1 milhão de estudantes por ano letivo chegaria a 3 milhões durante os megaeventos esportivos, e que um terço do total de novas crianças e adolescentes beneficiados estariam nos núcleos da cidade do Rio de Janeiro.

O PST é um programa que vem sendo debatido a algum tempo na literatura em diversos posicionamentos, sendo estes apontando os aspectos positivos (STAREPRAVO, et al. 2012; KRAVCHYCHYN, 2014), ou mesmo aqueles pontos vistos como negativos (ATHAYDE, 2009), não sendo identificados trabalhos que unam ambas as perspectivas. Ainda, o presente trabalho visa trazer conhecimentos que possam vir a contribuir para a gestão do projeto como um todo, ou seja, desde a organização das atividades até os próprios beneficiários. Frente a importância do PST no quadro de políticas públicas e esporte no Brasil, entende-se necessário levantar as seguintes questões: Quais as potencialidades e fragilidades do PST, principal programa para o desenvolvimento do Esporte Educacional do Brasil? Como este programa funciona efetivamente? Qual a situação do programa em meio ao cenário de megaeventos esportivos? Nesse sentido o objetivo geral dessa pesquisa é investigar o Programa Segundo Tempo, sua funcionalidade, potencialidades e fragilidades.

MÉTODOS

Tipo de pesquisa

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, do tipo descritiva. Segundo Thomas; Nelson e Silverman (2012, p. 39) este é um tipo de pesquisa “que tenta descrever o status do foco do estudo”.

Participantes

Para este estudo foram selecionados quatro professores doutores e um doutorando, graduados em Educação Física, envolvidos com o Programa Segundo Tempo de forma direta. Suas funções são: Sujeito 1- coordenador da Equipe Pedagógica, Sujeito 2- coordenador da Equipe de Ensino à Distância, Sujeitos 3 e 4 membros da Equipe Pedagógica e o Sujeito 5 – Integrante da equipe de Avaliação do Programa. Três participantes são do sexo masculino e um do sexo feminino, com média de idade de 48,6 anos.

A seleção foi realizada por conveniência, ou seja, os sujeitos entrevistados atuam na Universidade Estadual de Maringá (UEM), no Departamento de Educação Física (DEF), da cidade de Maringá-PR. Três dos cinco professores são efetivos no departamento e um deles foi convidado, estando este vinculado a Universidade Estadual de Minas Gerais (UFMG). Além disso, foi utilizado como critério de inclusão dos sujeitos ao estudo, possuir ligação direta com o programa.

Instrumento de pesquisa

Foi utilizada como instrumento de pesquisa uma entrevista semiestruturada. Esta é uma fonte de dados comum em pesquisas qualitativas descritivas (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012).

A entrevista foi elaborada de forma a completar os dados teóricos obtidos por meio do levantamento da literatura vigente na área nas quais estão envolvidos artigos e livros sobre o Programa Segundo Tempo. Desta forma, foram aplicadas questões baseadas em cinco temáticas: Formações pedagógicas, materiais utilizados, métodos de avaliação, potencialidades e fragilidades do PST.

As questões foram: Qual a sua relação/função com o PST? Quais os pontos positivos do PST? Você percebe pontos em que o PST pode melhorar? O que você acha relevante sobre as capacitações oferecidas pelo programa? Em sua opinião, o que falta para agregar ainda mais o programa Segundo Tempo?

Procedimentos de coleta de dados

Os dados referentes à entrevista foram coletados no mês de setembro do ano de 2015, no Departamento de Educação Física (DEF) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), da cidade de Maringá-PR, de forma individual (sujeito 2 e 5) e em grupo (sujeito 1,3 e 4), após o aceite de participação de todos através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A coleta foi agendada com os sujeitos de acordo com sua disponibilidade e presença no Departamento. As entrevistas foram gravadas com a utilização de um aplicativo de gravação do aparelho celular.

Os dados bibliográficos foram coletados por meio do indexador Google acadêmico, o qual direcionou a busca a revistas específicas como Movimento, Motrivivência e biblioteca eletrônica (SciELO). Quanto à escolha das obras, foram realizadas de maneira intencional considerando aquelas que melhor contribuíam à discussão prevista nesse artigo.

Análise dos dados

Após a coleta de dados, as informações obtidas foram transcritas e analisadas. Para análise foi utilizado a categorização por temáticas, ou seja, as respostas foram agrupadas em pontos positivos e pontos negativos do Programa Segundo Tempo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa Segundo Tempo criado em 2003, sendo de responsabilidade do Ministério do Esporte sua coordenação, formulação e implementação, assim como sua oferta à população através de convênios com entidades públicas e organizações não governamentais (ENGELMAN; OLIVEIRA, 2012, p. 547) vêm materializar as questões da Política Nacional de Esporte (PNE), como a democratização e universalização do esporte e lazer na busca da qualidade de vida e fomento do esporte educacional (MELO; DIAS, 2009, p. 21).

Além da prática esportiva as crianças em situação de risco social são convidadas a participar de atividades ligadas à educação, cultura e o meio ambiente em conjunto com o reforço alimentar. Ainda, o programa oferece capacitações para os profissionais envolvidos (professores e monitores) e cursos de extensão como formação continuada. Estes são realizados no módulo EaD (Educação à Distância) no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) por meio da plataforma Moodle, onde é necessário o cumprimento de atividades para sua conclusão. São elas: preencher o formulário sobre o perfil do participante; participar do fórum de discussão temático; responder as questões sobre o esporte da escola e a avaliação do curso. Para tais tarefas os alunos têm como base a “Coleção de Práticas Corporais e Organização do Conhecimento”, ou seja, quatro livros divididos por temáticas: 1. Esportes de Invasão; 2. Esportes com Marca e com Rede Divisória ou Muro/Parede de Rebote; 3. Ginástica, Dança e Atividades Circenses; e

4. Lutas, Capoeira e Práticas Corporais de Aventura. Ademais conta-se com o apoio do livro “Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão a prática”. Vale ressaltar que o programa tem outras produções, como “Recreio nas Férias”; “Ensinando e Aprendendo Esporte no Programa Segundo Tempo”; “PST/Navegar: aspectos técnicos e pedagógicos”; “Legados do Esporte Brasileiro”, dentre outros, publicados desde sua criação (CEME, 2015).

Seguida desta etapa, há também a capacitação presencial, na qual uma equipe composta por professores graduados em Educação Física vai até a cidade onde existe o convênio do PST e de forma teórica e prática transmite os conhecimentos acerca das práticas corporais, permitindo assim que as discussões levantadas no AVA sejam vistas de forma concreta. Por fim, os professores e monitores retornam ao EaD para realização da avaliação desta etapa presencial.

A formação proporcionada aos professores e monitores é tida como um dos maiores legados do PST (GONZÁLEZ et. al, 2014), assim como a intervenção. “O Programa Segundo Tempo teve um crescimento exponencial, possibilitando o atendimento anual de mais de 1,2 milhões de beneficiados”, tendo em 2013, 4,5 milhões de beneficiados em mais de 3.600 municípios, com a existência de 3.707 núcleos alcançando 25.171 escolas (BRASIL, 2006). Observa-se através destes dados um atendimento significativo da população brasileira pelo programa, para isso foi necessário o processo de planejamento das ações, bem como de avaliação destas, para que houvesse assim a implementação e aumento do número de sujeitos beneficiados.

O que não se têm são dados de avaliação dos alunos envolvidos nesse processo, afirmaram os entrevistados. Tal situação pode vir a se justificar pelo fato do Programa Segundo Tempo ser visto como um processo complexo e contínuo, que tem o objetivo de subsidiar e diagnosticar, permanentemente, as decisões necessárias para se proceder as mudanças efetivas em suas intervenções e ações pedagógicas (OLIVEIRA; PERIM, 2009, p. 263). Esta condição é tida como um problema para o professores e monitores envolvidos com a prática do PST, pois muitos deles utilizam-se da observação e participação para avaliação da efetividade das ações para seus alunos. O programa indica caminhos para realização deste diagnóstico, no entanto ainda não são aplicados de forma eficiente.

Além disso, pode-se observar fragilidades presentes desde o início do PST. Marcado por inúmeras críticas, dentre elas, a utilização do programa pelo Ministério do Esporte como um artifício de “outdoorização” da política do esporte de rendimento (ATHAYDE, 2009). Permearam por este cenário também dúvidas sobre os propósitos do PST, como trazem Bracht e Almeida (2003), ao apontarem dúvidas criadas acerca da finalidade deste como celeiro para o alto rendimento, sugerindo que este fator poderia estar relacionado ao momento significativo para o esporte no Brasil, pois a atuação do país nas Olimpíadas de Sydney havia sido frustrante, mobilizando a atenção de muitos agentes ao esporte e especialmente a escola como espaço de formação de atletas.

Apesar de atualmente o programa ser fundamentalmente relacionado ao esporte da escola, visando desestimular a hipercompetividade e a seleção de talentos, prezar pela inclusão de todos, sendo este aluno com deficiência ou não, valorizar as potencialidades dos sujeitos, e partir destas planejar as ações, ainda fica evidente na literatura que o esporte de rendimento exerce influência na elaboração de padrões como ferramenta de norteamento das aulas ministradas, já que se encontra no cerne do programa o ensino de fundamentos, regras, aspectos morais, desempenho coletivo e busca de aperfeiçoamento físico (BRASIL, 2006). Entretanto, é correto afirmar que o programa enfrentou diferentes fases, sendo lembrado por seus problemas iniciais em diversas delas. Passou por crescimentos e amadurecimentos, o que refletiu na diminuição dos rumores de sua relação com o esporte de rendimento (KRAVCHYCHYN, 2014).

A seguir, serão apresentadas contribuições dos sujeitos pesquisados obtidas com a aplicação das entrevistas. Para tanto, serão discutidas as ideias seguindo os tópicos: formação pedagógica, materiais utilizados, métodos de avaliação, bem como as suas potencialidades e fragilidades. Ao questionar os sujeitos sobre os cursos de extensão oferecidos pelo PST aos professores envolvidos com as aulas práticas do programa, foi identificada a satisfação da equipe pedagógica com a efetividade destes, visto que são uma forma encontrada para atender as necessidades de formação do programa. Estes cursos, formação continuada, formação inicial e processos de capacitação dos professores envolvidos com o programa acontecem através das Equipes Colaboradoras (ECs) e da participação de uma organização de acadêmicos (docentes e alunos de pós-graduação) de instituições de ensino superior em todo o Brasil, sendo ofertado em cada âmbito regional que o programa acontece (SOUZA; CASTRO; MEZZADRI, 2012). Esses cursos tornaram-se uma das características mais fortes do programa, com grande aceitação e visibilidade. O que muito se criticou acerca do PST, torna-se uma forma eficiente de capacitar e auxiliar na formação e transmissão dos fundamentos deste. Outra contribuição e anteriormente fonte de críticas do programa, são os materiais didáticos pedagógicos.

Ao questionarmos os profissionais entrevistados acerca dos materiais utilizados pelo Programa, bem como os percalços que o mesmo sofreu no decorrer dos anos, estes afirmaram a preocupação que a equipe pedagógica possui em relação a todas as etapas desse processo. Todos os materiais foram pensados de forma a priorizar o desenvolvimento integral dos beneficiários e não somente a inserção em determinada modalidade, visando também um maior aprofundamento dos professores da ponta, que são aqueles envolvidos diretamente nos núcleos existentes, possibilitando condições para que estes possam agir de forma prática, direta e eficaz por meio de manuais voltados para tal, e isso de acordo com a metodologia do programa, conforme afirmaram os professores entrevistados. Dessa forma, vale frisar que, a essa metodologia não se volta para o esporte de rendimento, mas sim para o esporte educacional, afirmou a Coordenadora do Programa de Ensino à Distância do Programa Segundo Tempo¹.

No ano de 2014 foi publicada a Coleção de Práticas Corporais e Organização do Conhecimento, 4 livros utilizados como base para as formações do PST, sendo eles: Lutas, capoeira e práticas corporais de aventura; Ginástica, dança e atividades circenses; Esportes de marca e com rede divisória ou muro/parede de rebote: badminton - peteca - tênis de campo - tênis de mesa - voleibol – atletismo; Esportes de invasão: basquetebol - futebol - futsal - handebol - *ultimate frisbee*; Ademais neste mesmo ano foram publicados os trabalhos: Os Projetos Especiais do Programa Segundo Tempo (2014): ampliando a inclusão social por meio do esporte educacional; Memórias do Programa Segundo Tempo: partilhando experiências e

¹ Todos os livros produzidos deste a origem do Programa são: ano de 2004 - Iniciação Esportiva: esporte escolar, Pedagogia do Esporte: texto complementar; Pedagogia do Esporte: esporte escolar; Jogo, corpo e escola - v. 3; Esporte e sociedade - v. 1; Dimensões pedagógicas do esporte - v. 2; ano de 2005 - Manifestações dos Jogos - v. 4; Manifestações dos esportes - v. 5; Elementos do Processo de Pesquisa em Esporte Escolar: monografia - v. 6; ano de 2009 - Recreio nas Férias: Reconhecimento do Direito ao Lazer; Recreio nas Férias - edição piloto ; Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática; Fundamentos pedagógicos para o Programa Segundo Tempo - 1º Ciclo Nacional de Capacitação dos Coordenadores de Núcleo; no ano de 2010- Sistema de monitoramento & avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte; Recreio nas Férias e os valores olímpicos ; Programa Segundo Tempo no agreste de Pernambuco: a ludicidade e a interdisciplinaridade na construção do exercício da cidadania; Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação; Caderno de apoio pedagógico repertório de atividades para a iniciação esportiva: movimentação e habilidade; no ano de 2011- Ensinando e aprendendo esportes no Programa Segundo Tempo - vol. 2 ; Ensinando e aprendendo esportes no Programa Segundo Tempo - vol. 1 ; no ano de 2012- Programa Segundo Tempo: memória, experiências, avaliação e perspectivas no Encontro das Equipes Colaboradoras; no ano de 2013- Recreio nas Férias: PTS 10 Anos, celebrar com sustentabilidade; PST/Navegar : aspectos técnicos e pedagógicos.

conhecimentos; Manual das práticas dos esportes no Programa Segundo Tempo; Atletismo na escola; e por fim, no ano de 2015 se têm o Manual prático para registros de memórias do Programa Segundo Tempo.

Na “Coleção de Práticas Corporais e Organização do Conhecimento”, constam informações relacionadas aos temas de cada livro, além de planos de aulas. Os entrevistados com relação a isso afirmaram que os planos de aula disponíveis nos materiais, auxiliam os profissionais que estão em contato direto com os beneficiários a entender as questões atitudinais, procedimentais e conceituais² presentes no planejamento das aulas. Tarefa difícil para os professores, frente de que tem influência de uma formação e preceitos aprendidos durante este processo.

Ao encontro de tal afirmação está a literatura, pois torna-se necessário alertar que durante a formação em Educação Física não há um aprofundamento com relação aos conhecimentos necessários para a realização de intervenções em projetos esportivos sociais, o que resulta na falta de experiência para atender as demandas dos projetos e programas sociais esportivos (ALVES; CHAVES; GONTIJO, 2012). Ainda nessa perspectiva, Souza, Castro e Mezzadri (2012) afirmam que o fato do PST possibilitar o atendimento das exigências do projeto realizando capacitações pedagógicas que proporcionam uma formação continuada aos profissionais deve ser visto de forma positiva, visto que os profissionais tornam-se mais capacitados e confiantes à medida em que os conhecimentos vão ocorrendo as trocas de experiências e conteúdos nas formações oferecidas pelo programa.

No entanto os entrevistados integrantes da equipe pedagógica do programa ressaltaram que os aspectos sociais abordados nas intervenções do PST nunca foram avaliados de forma direta, isto é, não se sabe ao certo até que ponto o PST impacta na vida das crianças, jovens e adolescentes atendidos. Apesar dos esforços fomentados pelo Ministério do Esporte, através da Rede CEDES por meio da realização da Pesquisa Nacional de Avaliação do Programa Segundo Tempo, que buscou evidenciar a eficiência e impactos do programa (SOUZA et al., 2010) os entrevistados afirmam que os métodos utilizados atualmente são vistos como uma fragilidade, mas que para tal, está sendo formada uma equipe que será responsável por analisar meios de promover avaliações mais efetivas para o programa. Os professores entrevistados afirmaram que vale a ressalva de que a dificuldade nos métodos avaliativos não são exclusivos do Programa Segundo Tempo, pois os projetos sociais de uma forma geral possuem dificuldades em obter uma avaliação de impacto.

Por fim, foi questionado aos sujeitos pontos nos quais o programa poderia evoluir, as respostas foram ao encontro da relação deste com o Ministério do Esporte, ou seja, o governo é transitório, e faz com que o PST fique à mercê de algumas práticas desenvolvidas por aqueles que assumem o poder por tempo determinado, modificando assim, situações que seriam cruciais para o programa. O que de fato acontece, como sinaliza Freire, ao afirmar que as questões partidárias têm influência direta no andamento deste.

CONCLUSÃO

Ao investigar o Programa Segundo Tempo através da literatura e professores envolvidos em seu desenvolvimento, foi possível concluir que esta parte da política pública de esporte e lazer do Governo Federal e Ministério do Esporte, assume um importante papel no âmbito do esporte educacional, relevância esta advinda principalmente do grande número de beneficiados,

² Dimensão procedimental relaciona-se aos fundamentos e técnicas dos esportes trabalhados durante as aulas (saber-fazer); Dimensão atitudinal envolve valores, atitudes que os alunos devem ter nas e para as atividades físicas (saber ser); Dimensão conceitual é aquela que permite ao aluno saber o por que esta fazendo determinada prática, ou seja, quais conceitos est[ão] ligados aos procedimentos (saber) (DARIDO; OLIVEIRA, 2009).

formações, capacitações e materiais teóricos produzidos. Apesar das críticas surgidas logo após sua criação, o programa se sustentou e evoluiu quantitativamente e qualitativamente, se tornando hoje, uma referência nacional.

Por meio deste estudo tornaram-se mais evidentes algumas das características estruturantes do PST. Com relação as potencialidades do programa, auxiliar professores e monitores em sua prática ao oferecer cursos de extensão e materiais didáticos pedagógicos é extremamente importante, pois beneficia o programa e os alunos envolvidos, de forma a contribuir no crescimento do número de atendimento de crianças, jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Com relação a uma fragilidade relacionada de forma direta, destacamos a avaliação das ações propostas e a efetividade social destas sobre a população atendida.

Sendo assim, ao considerarmos o atual estado da arte acerca da temática pensamos o quão necessária se faz a escrita acadêmica relacionada aos projetos sociais, visando a busca por mais conhecimento em temáticas relacionadas a prática esportiva e as políticas públicas no âmbito da educação e do lazer, evitando assim que estas acabem ficando somente à mercê de críticas e apontamentos.

REFERÊNCIAS

ALVES, H.; CHAVES, A.; GONTIJO, D. Uma andorinha só não faz verão: a integração do educador físico na rede de suporte social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade: discussões a partir de um curso de educação continuada. **Pensar a Prática**, Goiânia, v.15, n.2, p. 331-347, 2012.

ATHAYDE, P. **Programa Segundo Tempo: conceitos, gestão e efeitos**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BARBIERI, C. Educação pelo esporte: Algumas considerações para a realização dos Jogos do Esporte Educacional. **Revista Movimento**. n. 11, v. 2, p. 23- 32, 1999.

BARBOSA, A; PERIM, G ; OLIVEIRA, A. A. B. Apresentação. In: OLIVEIRA, A. A. B; PERIM, G, L. **Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão a prática**. Maringá: Eduem, 2009.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 87-101, 2003.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Programa Segundo Tempo**. 2013. Disponível em: <[http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/Diretrizes%20PST% 20Esportes%20Adaptados.pdf](http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/Diretrizes%20PST%20Esportes%20Adaptados.pdf)> Acesso em: 8 set. 2015.

BRASIL. Ministério do Esporte. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Avaliação de Programa: Programa Segundo Tempo/ Tribunal de Contas da União**. Brasília, DF, TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D9284A41E4BBF>. Acesso em: 22 set. 2015.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Caderno Legado Social: Programa Segundo Tempo**. Brasília, DF, Publicação do Comitê de Gestão das Ações Governamentais Federais para a Candidatura Rio 2016, 2009. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/rio2016/cadernoLegadosSocial.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

CEME. Centro de Memória do Esporte. Escola de Educação Física. UFRGS. **Memórias do Programa Segundo Tempo**. Porto Alegre, RS, 2015. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/ceme/pst/site/>>. Acesso em: 8 set. 2015.

DARIDO, S. C.; OLIVEIRA, A. A. B.; Procedimentos Metodológicos para o Programa Segundo Tempo. In: OLIVEIRA, A. A. B.; PERIM, G, L. **Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão a prática.** Maringá: Eduem, 2009.

ENGELMAN, S.; OLIVEIRA, A. A. B. Gestão pública em rede: o caso do Programa Segundo Tempo – Ministério do Esporte. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 23, n. 4, p. 543-552, 2012.

GONZÁLES, F. J. et al. Nas pegadas do esporte educacional. In: MARINHO, A; NASCIMENTO, J. V; OLIVEIRA, A. A. B. **Legados do Esporte Brasileiro.** Florianópolis: Ed. da UDESC, 2014.

KRAVCHYCHYN, C. **Projetos e programas sociais esportivos no Brasil: histórico, estado da arte e contribuições do programa segundo tempo.** 2014. Tese (Doutorado em Educação Física)-Programa de pós graduação associado em Educação Física, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

MATIAS, Wagner. A Política Esportiva do Governo Lula: O programa Segundo Tempo. **Licere**, Belo Horizonte, v.16, n.1, 2013.

MELO, J. P.; DIAS, J. C. N. S. N. Fundamentos do Programa Segundo Tempo: entrelaçamentos do esporte, do desenvolvimento humano, da cultura e da educação. In: OLIVEIRA, A. A. B.; PERIM, G, L. **Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão a prática.** Maringá: Eduem, 2009.

OLIVEIRA, A. A. B.; PERIM, G, L. **Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão a prática.** Maringá: Eduem, 2009.

OLIVEIRA, E.M. As contribuições do programa segundo tempo para alunos da primeira fase do ensino fundamental de uma escola municipal em Águas Lindas de Goiás: um estudo de caso. **Trabalho monográfico.** Universidade de Brasília. Brasília. p. 9-59, 2012.

PORTAL INFOJOVEM. O esporte educacional no Brasil. Disponível em: <http://www.infojovem.org.br/infopedia/descubra-e-aprenda/esporte/esporte-educacional/> Acesso em: 28 jun. 2017.

SOUZA, E. S. et al. **Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte.** Belo Horizonte: O Lutador, 2010.

SOUZA, D.; CASTRO, S.; MEZZADRI, F. Facilitadores e barreiras para a implementação e participação em projetos sociais que envolvem atividades esportivas: os casos dos projetos Vila na Escola e Esporte Ativo. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 419-30, 2012.

STAREPRAVO, F. A. et al, As equipes colaboradoras do programa segundo tempo e suas contribuições para o desenvolvimento de uma política de esporte educacional. **Revista Motrivivência**. n. 29, p. 129-141, 2012.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S.J. **Métodos de Pesquisa em Atividade Física.** 6ª ed. São Paulo: Artmed, 2012